



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - São Paulo - SP - www.jfsp.jus.br
11ª andar

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Objetivo da reunião:	Reunião CONGIP
Horário:	29/11/2021, às 14:00 horas
Local:	Ambiente virtual via ferramenta <i>microsoft teams</i>
Assunto:	Reestruturação da área de suporte de microinformática e orçamento JFSP 2022

Participantes	Função / Cargo	Unidade/Orgão
Márcio Ferro Catapani	Juiz Federal Diretor do Foro da SJSP	DFOR
Leticia Dea Banks Ferreira Lopes	Juíza Federal Diretora do Foro da capital	DFOR
Samuel de Castro Barbosa Melo	Juiz Federal Diretor do Foro do interior	DFOR
Caio Moyses de Lima	Juiz Federal Coordenador da Inovação	10.ª Turma Recursal

Veridiana Gracia Campos	Juíza Federal representante do Polo II	2. ^a Vara Federal de Santos
José Luiz Paludetto	Juiz Federal representante do Polo III	2. ^a Vara Federal de Campinas
Roberto Cristiano Tamantini	Juiz Federal representante do Polo IV	2. ^a Vara Federal de São José do Rio Preto
Marcelo Freiburger Zandavali	Juiz Federal representante do Polo V	2. ^a Vara Federal de Bauru
Otavio Henrique Martins Port	Juiz Federal	9. ^a Vara Previdenciária de São Paulo
Marcia Tomimura	Diretora	SADM
Sabrina Kim	Chefe de Gabinete	DFOR
Jane Albuquerque do Nascimento	Diretora	UAPA
Izabel Cristina Leite	Diretora	UCOL
Cíntia Miluzzi	Diretora	UGEP
Maria Helena de Almeida Santos	Diretora	UMIN
Gisele Molinari Fessore	Diretora	UCIN
Cristiano Conceição Abilio	Diretor	UPOF

Fabio Nunes dos Santos	Diretor	NUPE
Sidney David Barbosa Barrack	Diretor	NUDJ
Telma Rezende Faria de Paula	Diretora	NUID
Morgana Cristina Arnold	Servidora	NUID
Zila da Costa	Diretora	NUAD - Execuções Fiscais (Polo I)
Edio Alves de Oliveira	Assistente I	NUAD - Execuções Fiscais (Polo I)
Marco Antonio Achkar	Diretor	NUAR - Santos (Polo II)
Claudiana Cereda Mayese	Diretora	NUAR - Campinas (Polo III)
Ricardo Henrique Canizza	Diretor	NUAR - SJRP (Polo IV)
Daniela Galícia Mariuzzo	Diretora	NUAR - BAURU (Polo V)
Luiz Paiva de Cesar Reis	Representante	SINTRAJUD

Assuntos tratados

Dr. Márcio Ferro Catapani iniciou a reunião cumprimentando a todos e explicando que a pauta trataria de dois temas, sem prejuízo de outros pontos trazidos pelos demais presentes no decorrer do encontro.

Afirmou que o primeiro assunto dizia respeito à apresentação de um estudo que foi feito sobre a reestruturação do nosso sistema de atendimento ao usuário da microinformática. Considerou importante trazer o resultado desse estudo para o CONGIP pois boa parte das demandas e dos problemas detectados nessa área foram trazidas durante reuniões deste Conselho. Disse ainda que o segundo item tratado envolveria uma breve exposição da nossa situação orçamentária para o ano de 2022.

Passou a palavra ao Dr. Otavio Henrique Martins Port, presidente da comissão de reestruturação das áreas de apoio à microinformática, que explicou que foram realizadas diversas reuniões pelo grupo, onde foram detectados alguns problemas. Que o eixo da proposta seria a criação de uma espécie de central de atendimento para que houvesse uma continuidade na resolução das demandas e para que o atendimento fosse realizado de forma mais otimizada e racional. Que, de acordo com a proposta delineada, seria criado um Núcleo responsável, no primeiro momento, pelo atendimento aos fóruns da capital. Que este seria um projeto-piloto a ser estendido posteriormente aos fóruns do interior.

A servidora Gisele Molinari Fessore fez uma apresentação da proposta baseada resumidamente nas seguintes diretrizes:

- i) criação de uma estrutura organizacional disposta em Núcleo (Núcleo de Apoio à Tecnologia da Informação);
- ii) determinação para que todos os chamados sejam veiculados somente via *callcenter* pois geram estatísticas e informações que ajudam a TI na aquisição de novos produtos e na melhoria de nossos sistemas;
- iii) criação de um horário de atendimento de forma a que fora deste horário os atendimentos sejam considerados emergenciais;
- iv) elaboração de um cardápio dos serviços que serão prestados e de um plano de comunicação com a criação de uma página na *intranet* onde estarão centralizadas todas as informações sobre o suporte de TI;
- v) divisão dos atendimentos em nível 1, mais simples e rapidamente solucionáveis, resolvidos pela própria central, e em nível 2, mais complexos, encaminhados para resolução pela SETI;
- vi) criação de um atendimento emergencial VIP para os magistrados e magistradas que poderão ser realizados fora do horário de atendimento ordinário e por meio de outros canais que não o *callcenter*.

Giselle explicou ainda que a proposta contempla a criação de uma Seção de Contingência com a função de atender, esporádica e excepcionalmente, demandas dos fóruns do interior.

Dr. Márcio esclareceu que foi feita a opção de iniciar o projeto somente na capital, dada a experiência adquirida por meio da criação da Central de Distribuição - CEDIS, em que percebeu-se que retirar servidores dos NUAR's dos interiores, especialmente das subseções menores, poderia levar a um "colapso" dessas unidades devido ao pouco número de servidores em suas estruturas. Que, de qualquer forma, já possuímos dois ganhos imediatos para as subseções do interior, sendo o primeiro a criação da Seção de Contingência e o segundo a criação de uma supervisão técnica que permitirá a elaboração de um programa mais firme, efetivo e robusto de capacitação de servidores em tecnologia da informação, tanto da capital quanto do interior, culminando na formação de equipes mais qualificadas.

Comprometeu-se a chamar novos servidores para a área de TI, bem como imprimir esforços para que seja utilizada a função FC-6, liberada quando da extinção do Núcleo de Comunicação, bem como a FC-5 existente na reserva da Diretoria

do Foro, para a criação do novo Núcleo.

Agradeceu o apoio de todos os envolvidos na realização do estudo e elaboração da proposta e abriu a palavra para manifestação aos presentes.

A servidora Cintia Miluzzi questionou se a partir da criação deste Núcleo ainda haveria subordinação técnica em relação a SETI, ao que Dr. Márcio explicou que a subordinação técnica do Núcleo permanecerá em relação a SETI, porém, as seções de microinformática do interior estarão subordinadas ao Núcleo.

Cintia indagou ainda se os servidores lotados neste Núcleo permaneceriam fisicamente na capital e Dr. Márcio respondeu que alguns servidores deverão trabalhar fisicamente em cada um dos fóruns da capital para a resolução daquelas demandas que não podem ser solucionadas remotamente.

Seguindo para o segundo tópico da reunião - Orçamento 2022 -, o servidor Cristiano Conceição Abílio fez uma breve explanação esclarecendo os nossos tipos de despesas e pontuando que algumas delas (com pessoal, benefícios assistenciais e assistência jurídica a pessoas carentes) são controladas pelo Conselho em Brasília, não havendo nenhum tipo de interação por parte da Seção Judiciária ou do Tribunal; já no que tange às despesas com custeio (atividades e obras) afirmou que existe a possibilidade de manejo. Com relação às atividades, que objetivam o pagamento de nossas despesas continuadas, explicou que tivemos, por orientação do CJF, um aumento de acordo com o IPCA, sendo de 7,45% no período, entretanto houve um aumento real de 9,8%. Ponderou que neste tipo de despesa não estamos com falta de orçamento já há algum tempo e que para o ano que vem ainda teremos uma suplementação, de forma a que teremos margem para fazer o atendimento às nossas demandas. Em relação ao orçamento direcionada para as obras, afirmou que todas as solicitações feitas para o ano de 2022 foram autorizadas pelo CJF. Concluiu dizendo que em matéria de orçamento para 2022 não estamos mal, entretanto advertiu que as demandas precisam chegar às subsecretarias administrativas em tempo hábil para que possam ser atendidas.

Dr. Márcio fez um adendo afirmando que estamos tentando acelerar a execução orçamentária de 2021 de forma a alcançarmos o mais alto grau possível de execução, mas que não será possível chegarmos ao percentual do ano passado de 98,5%. Anunciou que foi aprovada uma lei, a pedido da Seção Judiciária de São Paulo, para a aquisição de dois imóveis, um em Mogi das Cruzes e outro em Botucatu. Alegou que essas aquisições visam não só a geração de economia com aluguel e IPTU, como também a melhoria de nossas instalações físicas e esclareceu que vem sendo levado em conta pela área de engenharia, em seus estudos, o modelo ideal de tamanho dos fóruns baseado na nova realidade de trabalho misto (presencial e remoto) no pós-pandemia. Que dada a existência de uma folga orçamentária um pouco maior para o ano de 2022, começamos a fazer alguns ajustes visando, aos poucos e com cautela, dar maior margem de atendimento às solicitações relacionadas às despesas continuadas. Que na área da tecnologia da informação buscamos, junto com o Tribunal e de forma coordenada, fazer os investimentos necessários, dado este ser um dos nossos pontos mais sensíveis que precisam ser trabalhados.

O servidor Luiz Cesar de Paiva Reis solicitou ao Cristiano uma explicação mais pormenorizada a respeito da expectativa orçamentária para 2022 com relação aos benefícios.

Cristiano explicou que os benefícios são tidos como uma das previsões orçamentárias mais tranquilas, sendo seu cálculo bastante objetivo. Que é feita uma publicação mensal centralizada no Tribunal discriminando os benefícios e a quantidade

de servidores que serão atendidos. Que os valores desses benefícios (auxílio-alimentação, transporte e auxílio-saúde) são fixados pelo CJF e feita uma conta pelo número de servidores beneficiados ao mês, multiplicado pelo ano, com o encaminhamento desse orçamento baseado no montante calculado. Que o orçamento de benefícios, independente da existência de contingências ou da aprovação do orçamento geral, chega sempre em janeiro e referente ao ano inteiro.

Dr. Márcio complementou mencionando que o CJF está estudando o aumento do valor do auxílio-saúde para o ano de 2022 mas que até o momento não houve uma aprovação formal.

Foi aberto espaço aos presentes para sugestão de novos temas para debate e, não havendo manifestações, Dr. Márcio deu por encerrada a reunião agradecendo a presença de todos.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Ferro Catapani, Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo**, em 01/12/2021, às 13:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **8278641** e o código CRC **233718A8**.